

NOVOS PARTIDOS - PARTICIPAÇÃO DO VEREADOR

IV Congresso Estadual de Vereadores, em 20.05.80

Nobres Vereadores

Meus Caros Senhores,

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o honroso convite que me foi formulado pelos organizadores deste congresso, a fim de que aqui viesse participar de uma reunião com todos vocês e compartilhar das preocupações comuns.

É verdade que jamais disputei e exerci qualquer mandato parlamentar. Mas, nos quatro anos e meio em que estive à frente de uma prefeitura altamente problemática, como a de São Paulo, aprendi a identificar e reconhecer, em cada vereador, o homem público que mantém o contato mais direto com a comunidade.

Assim, diante de uma platéia tão representativa como essa, também não poderia deixar de confessar que, em minha gestão, nunca deixei de receber sugestões oportunas. Contei com o apoio firme para contornar as pressões contra os interesses dos paulistanos. E se tenho a convicção de que fiz um bom trabalho, foi porque tive o auxílio decisivo de uma Câmara Municipal combativa.

Digo isso com certo orgulho e sem falsa modéstia, pois o partido a que então pertencia era minoritário. Fato esse que, longe de me criar problemas, me deixou uma lição inesquecível: quando existe predisposição para a crítica construtiva e para o diálogo permanente, sempre haverá condições para a prática da democracia.

Por isso mesmo, neste momento em que o país inicia nova etapa na reorganização de suas instituições, num sombrio contexto de dificuldades econômicas, tensões sociais e crises políticas, não podemos desconhecer tanto o papel do vereador quanto a importância de cada município para a construção de uma ordem mais aberta e justa. Até um passado recente, vivíamos sob a asfixiante camisa de força de um bipartidarismo artificial que, por transformar cada eleição num verdadeiro plebiscito, ampliava a animosidade entre o Estado e a sociedade.

Por inexistir órgãos legislativos independentes e partidos verdadeiros que canalizassem de modo legítimo os diferentes conflitos de interesse, o país passou a enfrentar problemas crescentes, dos quais não se livrou até hoje. Crises sucessivas e profundas, que vieram empobrecendo mais e mais os nossos trabalhadores, ameaçando a estabilidade de nossas classes médias e disseminando a insegurança nos nossos meios empresariais.

Crises que eliminaram o processo de renovação de lideranças e frustraram as novas gerações, seja desprezando a contribuição política dos municipalistas, seja condenando nossos jovens à apatia e ao conformismo, seja impondo dirigentes aventureiros e oportunistas. Crises, enfim, que retardaram o nosso desenvolvimento político e nos conduziram a este sombrio período em que estamos vivendo.

As dificuldades que atualmente enfrentamos, meus senhores, nada mais demonstram do que a incapacidade deste regime centralizador, burocratizante e corporativista de evoluir integrando os valores sociais contemporâneos. Valores esses que conduzem à idéia de uma liberdade efetiva, de uma par

participação comunitária real e de maior igualdade de oportunidade para todos cidadãos. Por isso mesmo, tenho plena certeza de que não valeu absolutamente nada contrapor uma ideologia autoritária àquele populismo inspirado em interesses demagógicos e imediatistas de antes de 1964.

Hoje podemos avaliar - de modo realista e sereno - o erro gravíssimo dos responsáveis pelo regime revolucionário. Pois, ao tecnocratizar nossa vida política, esvaziando os órgãos legislativos, aniquilando as tendências partidárias, sugando recursos dos estados e dos municípios e fazendo ouvidos de mercador à opinião popular, eles não apenas tornaram-se mais vulneráveis a decisões desastrosas, como, igualmente, perderam sua credibilidade. Longe da crítica construtiva de todos nós, foram os responsáveis por um milagre discutível, cujo preço encontra-se materializado pelas tensões sociais existentes.

Quanto ao nosso sistema partidário vigente até o ano passado, eu estaria correndo o risco da monotonia e da falta de originalidade se tentasse demonstrar que as duas agremiações nunca deixaram de ser siglas desmoralizadas e inconsistentes. Verdadeiros rótulos, cuja função era impedir uma autêntica organização de todas as forças políticas e neutralizar as críticas construtivas. E a verdade é que elas nunca funcionaram ao nível municipal, condição básica e necessária para que qualquer sistema partidário seja legítimo e eficaz.

Todos os aqui presentes, por serem os representantes parlamentares que mantêm o contato mais direto com a comunidade, sabem disso melhor do que eu. E sabem, igualmente, que nos últimos anos assistimos a uma farsa político-partidária, onde personagens dotados das mais diversas

intenções procuraram fazer crer à sociedade que, em seu benefício, as ações deveriam ser praticadas através de cerimoniais ridículos e de nomes falsos. As tão decantadas eleições indiretas, nesse sentido, não apenas relegavam a segundo plano as convenções partidárias como, ainda, impediam a disputa e transformavam o ato de escolha em simples comunicação verbal.

Nobres vereadores,
meus caros senhores.

Por tudo que lhes disse, e pelo incontestado amadurecimento de nossa sociedade, todos temos consciência de que os próximos meses e os próximos anos serão marcados por fortes pressões sociais, a favor das liberdades públicas e de maior justiça econômica. O que significa que tanto o governo quanto as oposições precisarão, necessariamente, de interlocutores válidos em todos os setores. Pessoalmente, estou convencido de que somente os meios parlamentares e os canais partidários poderão formar as novas lideranças modernas, autênticas e, antes de tudo, com credibilidade.

Agora que, finalmente, temos a possibilidade de poder tentar construir um sistema pluripartidário representativo, e que combativesse honrados deputados federais lutam por restituir ao Legislativo as prerrogativas que lhes foram arbitrariamente tomadas, não tenho medo de dizer que somente terão condições de representar os interesses populares as agremiações que conseguirem corresponder aos anseios de suas bases municipais.

Afinal, os diretórios de cada cidade representam o povo, pois é com ele que mantêm o contato mais próximo, mais saudável e mais profícuo. E é desse relacionamento democrático, feito por vereadores e prefeitos, que um par

tido de âmbito nacional pode extrair sua seiva ideológica e as linhas básicas de seu comportamento em relação aos problemas políticos fundamentais de toda a nação.

Pensar o contrário, como fazem os tecnocratas que se acostumaram à informalidade dos gabinetes privilegiados próximos ao poder, é desconhecer a história brasileira. Uma história que revela um país construído a partir de cada povoado e de cada igreja. E, o que é pior, seria subverter a própria idéia de democracia, na medida em que a igualdade política deve significar a igualdade de poder na determinação das soluções finais.

Afinal, meus senhores, é pelo exercício da participação política que os cidadãos não apenas resolvem os problemas de sua comunidade, mas, também, controlam as atividades daqueles que os representam e daqueles que manipulam as máquinas administrativas. Com a experiência de quem dirigiu uma das mais explosivas cidades deste país, posso afirmar sem meias palavras: nós, prefeitos, podemos errar quando planejamos de modo equivocado algumas obras públicas.

Nenhum prefeito, entretanto, constrói obras faraônicas ou desenvolve projetos absurdos, como uma ponte Rio-Niterói, uma Transamazônica ou uma nova capital. Afinal, estamos bastante próximos de nossa comunidade. E, por isso mesmo, a fiscalização de nossos atos é automática e imediata pelos munícipes. Todos sabemos, igualmente, que o mesmo não costuma acontecer nas cúpulas dos regimes centralizadores, onde nada impede investimentos desastrosos. E onde, invariavelmente, os mecanismos de controle de responsabilidade dos dirigentes encontram-se esvaziados por uma legislação operacionalmente ineficaz.

Nobres vereadores,
meus caros senhores.

Se as eleições municipais não permitissem uma ampla participação popular, aqueles que têm medo do crivo da opinião pública certamente não estariam submetendo a classe parlamentar a essa chantagem de adiar o pleito de novembro próximo, sob a ameaça de que, se o Legislativo não der o seu aval e a sua aprovação, o Executivo poderá impor os interventores de sua conveniência.

Como todos estão vendo, nem sempre a linguagem oficial da distensão corresponde à verdade dos fatos. O que revela, infelizmente, que ainda não nos livramos das amarras autoritárias. Pois, enquanto o governo fala a retórica da democracia representativa, na prática ele altera o calendário eleitoral sob o pretexto de que as novas agremiações estariam despreparadas para disputar as eleições.

O paternalismo implícito nesse argumento é frágil demais para que possa ser levado a sério. Por trás dessa justificativa existe, evidentemente, o medo governamental do resultado das urnas. Afinal, pela forma como foi montada, de cima para baixo, sem qualquer preocupação com a soberania das bases municipais, a agremiação situacionista não parece ter a credibilidade necessária para pedir o voto baseado, apenas, na sua coerência ideológica.

Além do mais, por trás dessa justificativa também parece existir o dedo inevitável do tecnocrata, com suas soluções autoritárias. Aquele que, preocupado com estatísticas que sabemos serem cada vez menos confiáveis, considera um pleito municipal como inflacionário. Segundo esse ponto de vista, como foi denunciado por alguns jornais, para que o

partido governamental possá ter alguma chance de vitória eleitoral, os ministérios teriam de abrir suas portas para quatro mil prefeitos. De tal forma que as concessões financeiras para obras inacabadas simplesmente liquidariam com os rígidos controles do Ministério do Planejamento para a contenção da inflação.

Pessoalmente, não acredito na validade desses argumentos. E os senhores sabem, certamente melhor do que eu, o quanto essas justificativas são falaciosas.

Mesmo porque, nos dias de hoje, as reivindicações de todos os prefeitos são, em sua grande maioria, justas e procedentes. Afinal, o autoritarismo do regime, esvaziando a idéia de federação expressa pela Constituição, fêz com que uma equivocada reforma tributária retirasse dos prefeitos sua capacidade de obter os recursos necessários para atender tanto às despesas de custeio quanto às exigências de investimento. E, não satisfeito, fêz da transferência de receita do Fundo de Participação dos Municípios um perigoso instrumento de pressão partidária.

Meus senhores.

Receio de que não tenha dito algo de novo. Mas não posso deixar de confessar que a viabilidade e a representatividade dos novos partidos dependem, essencialmente, da realização do pleito marcado para novembro próximo.

Afinal, se a estabilidade democrática que tanto almejamos está associada a formas mais profundas de participação política, como deixar de lado a razão de ser da vida pública brasileira - a política municipal?

Por isso mesmo, uma das principais tarefas do vereador, além daquela de organizar diretórios e repre

sentar os interesses de sua comunidade, é incentivar os parlamentares de seus partidos a resistir às tentativas governamentais de alteração do calendário eleitoral.

Não tenham a menor dúvida. Somente uma eleição municipal pode permitir o alinhamento das forças sociais e políticas dentro de nosso país e em torno de um novo pacto social. E se o governo não tivesse medo dessas forças, nesta fase de reorganização de nossas instituições, ele não estaria tentando impedir que nossos munícipes se manifestassem pelo voto.

E, muito menos, não estaria valendo-se de filigramas jurídicas para impedir os vereadores que já aderiram a algum bloco partidário, na Câmara Municipal a que pertencem, de transferir-se para outro bloco.

Como o partido a que sou filiado, o PP, não abre mão de suas bases municipais e do apoio decisivo de cada vereador, já consultamos um especialista em legislação eleitoral, o doutor Arnaldo Malheiros, para denunciar as imprevidências dos textos normativos que alteraram a Lei Orgânica dos Partidos. E, num parecer irrepreensível, ele nos esclareceu que não há impedimento legal algum para que os vereadores possam desligar-se de seus blocos atuais, passando para outros que correspondam às suas aspirações.

Meus caros parlamentares.

Permitam-me encerrar, manifestando meu contentamento por ter podido participar deste IV Congresso Estadual de Vereadores. Se, aos invés de algum tema mais voltado aos problemas urbanos, optei pela política, é porque estou convencido de que o papel dos novos partidos, no futuro, será o de viabilizar a democracia, com a finalidade de evitar que o problema da preservação de um consenso em torno de interesses pú

blicos não se afaste da questão social.

Os brasileiros, como os senhores sabem, já não se iludem mais nem com promessas nem com palavras va zias de sentido. E têm consciência de que não haverá democra - cia enquanto o Estado estiver separado de nossa sociedade.

Muito obrigado.